

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONDEIXA

Anexo

29 de março de 2023

Índice

2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis.....	14
6	Inventários	15
7	Rédito.....	15
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	16
9	Benefícios dos empregados.....	16
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
11	Outras Informações	17
11.1	Investimentos Financeiros	17
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17
11.3	Clientes e Utentes.....	18
11.4	Outros Ativos Correntes	18
11.5	Diferimentos	19
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	19
11.7	Fundos Patrimoniais	20
11.8	Fornecedores.....	20
11.9	Estado e Outros Entes Públicos	21
11.10	Outros Passivos Correntes.....	21
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	22
11.12	Fornecimentos e serviços externos	22
11.13	Perdas por Imparidade em dívidas a receber.....	23
11.14	Outros rendimentos.....	23
11.15	Outros gastos.....	23
11.16	Resultados Financeiros	24
11.17	Acontecimentos após data de Balanço	24
11.18	Passivos Contingentes	24
11.19	Outras Informações	25

1 Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONDEIXA-A-NOVA é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Livro 1 das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 6185 a Fls.190 verso e 191, em 12-04-1985 - Direcção-Geral da Segurança Social, com sede em Condeixa-a-Nova. Tem como atividades de Creche, Educação Pré-Escolar, Centro de Acolhimento Temporário, Lar de Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Cantina Social, para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Prestação de Serviço de Segurança Social, seu fim principal, podendo secundariamente exercer atividades no âmbito da saúde, educação e cultura.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) - DL n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura

concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	4
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	4

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

No ano de 2021 as propriedades de investimento são reconhecidas como Ativo Fixo Tangível segundo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (Parágrafo 7.5).

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os bens doados encontram-se valorizados ao justo valor.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
 - **Entrada em incumprimento de uma das contrapartes**
 - **Alterações no risco segurado;**
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - **Alterações na taxa de câmbio;**

- **Entrada em incumprimento de uma das partes;**
- **Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:**
 - Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - **Alterações no preço do bem locado;**
 - **Alterações na taxa de câmbio;**
 - **Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.**

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º 4 alínea a) da portaria n.º 220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica "Clientes/Utentes" no balanço passou a designar-se "Créditos a Receber".

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo;
- Excedentes de Revalorização;
- Resultados Transitados.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abate/alienações	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.368.751,04		16.358,00			3.352.393,04
Edifícios e outras construções	6.101.493,67	152.414,78		-		6.253.908,45
Equipamento básico	386.884,61	3.885,78				390.770,39
Equipamento de transporte	230.370,56					230.370,56
Equipamento administrativo	469.742,41	528,51				470.270,92
Outros Activos fixos tangíveis			-			0,00
Activos fixos tangíveis em Curso	39.853,47	87.639,48				127.492,95
Total	10.597.095,76	244.468,55	16.358,00	0,00	0,00	10.825.206,31
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	1.085.921,79	156.777,84	-			1.242.699,63
Equipamento básico	268.916,66	33.293,52				302.210,18
Equipamento de transporte	201.064,58	9.768,66				210.833,24
Equipamento administrativo	470.978,31	3.043,19				474.021,50
Outros Activos fixos tangíveis	519,31	-				519,31
Activos fixos tangíveis em Curso	0,00					0,00
Total	2.027.400,65	202.883,21	0,00	0,00	0,00	2.230.283,86

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abate/alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.368.751,04	-				3.368.751,04
Edifícios e outras construções	6.101.493,67				-	6.101.493,67
Equipamento básico	368.738,65	18.145,96				386.884,61
Equipamento de transporte	247.870,56		17.500,00			230.370,56
Equipamento administrativo	468.573,43	1.168,98				469.742,41
Outros Activos fixos tangíveis	16.700,87	23.152,60				39.853,47
Activos fixos tangíveis em Curso	0,00					0,00
Total	10.572.128,22	42.467,54	17.500,00	0,00	0,00	10.597.095,76
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	930.393,49	155.528,30	-			1.085.921,79
Equipamento básico	235.469,29	33.447,37				268.916,66
Equipamento de transporte	199.795,88	18.768,70	17.500,00			201.064,58
Equipamento administrativo	467.416,21	3.562,10				470.978,31
Outros Activos fixos tangíveis	519,31					519,31
Activos fixos tangíveis em Curso	0,00					0,00
Total	1.833.594,18	211.306,47	17.500,00	0,00	0,00	2.027.400,65

O investimento mais significativo que a Instituição realizou durante o ano 2022, foi a aquisição de um artigo Urbano sito em Rua 25 de Abril – Condeixa-a-Nova pelo valor de 142.500,00€.

No que concerne aos Ativos Fixos Tangíveis em Curso a 31/12/2022, dizem respeito ao projeto da Casa da Criança no âmbito da candidatura ao PARES 2.0, estudo prévio de um Complexo Habitacional Sénior e o projeto à candidatura PRR para a ERPI.

Note-se que, no ano 2022, a Instituição alienou 5 imóveis (terrenos) os quais geraram uma mais-valia de 40.942,00€.

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3 481,69					3 481,69
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	3 481,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3 481,69
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3 481,69					3 481,69
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	3 481,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3 481,69

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3 481,69					3 481,69
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00

Total	3 481,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3 481,69
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3 481,69					3 481,69
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	3 481,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3 481,69

6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022			2021			
	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	351.277,71	24.825,43	10.405,58	20.278,62	287.108,34	- 1.735,29	14.044,47
Produtos de higiene	82.055,97	2.754,78	11.543,72	9.166,20	68.689,37	-	12.614,36
Material de Escritório	4.018,98	- 40,56	177,54	359,10	3.013,31	-	177,54
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	437.352,66	27.539,65	22.126,84	29.803,92	358.811,02	- 1.735,29	26.836,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			469.601,84				360.043,28
Variações nos inventários da produção							

7 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	-	-
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 332 110,04	1 168 921,67
Quotas e jóias	2 862,50	-
Promoções para captação de recursos	-	
Serviços Secundários	35 502,56	38 601,81
Descontos e Abatimentos	- 3 291,19	- 13 329,36
Devolução a Utentes	-	157,20
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	1 367 183,91	1 194 036,92

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e O. Entes Públicos		
ISS, IP – CENTRO DISTRITAL*	1 439 287,06	1 352 613,35
AUTARQUIAS		3 860,00
IEFP	13 539,60	42 360,27
ARSC, I.P		
IPDJ	-	-
IAPMEI - APOIO RMMG	13 384,00	7 985,25
POPH	-	-
Outras Entidades		
Apoios do Governo		
S. Social - Ajuda Alimentar - POAMPC	3 629,15	5 548,36
Total	1 469 839,81	1 412 367,23

* Não inclui 2022	46.672,30 € do CLDS 4G
* Não inclui 2022	52.430,89 € de Apoios Extraordinário

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram, respetivamente 5 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 157 e em 31/12/2022 foi de 151.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao pessoal	1 793 512,74	1 678 671,07
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	- 3 373,22	1 648,84
Encargos sobre as Remunerações	399 263,24	364 524,23
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	21 234,52	25 968,85
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	16 034,14	67 513,03
Total	2 226 671,42	2 138 326,02

Adicionalmente e para além dos montantes acima indicados, importa ter em consideração que o subsídio de refeição é remunerado em espécie a favor dos colaboradores da Instituição, o qual é valorizado a 3 Euros/dia. Uma vez que se trata de uma remuneração em espécie, o montante dos gastos com o pessoal não está influenciado por esta remuneração, contudo o montante processado em 2022 foi de 93.726,72 Euros, enquanto, que em 2021 foi de 86.742,00€.

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	18 727,08	15 449,82
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	18 727,08	15 449,82

O principal investimento financeiro respeita à comparticipação no fundo de compensação do trabalho de 15.431,83 Euros.

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00

Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	2 007,50	3 864,00
Cobrança Duvidosa de Quotas	8 017,50	8 017,50
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-8 017,50	-8 017,50
Total	2 007,50	3 864,00

11.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	35 178,84	34 857,32
Total	35 178,84	34 857,32

Durante o exercício de 2022 a Instituição os saldos das contas, 21701 – Clientes e Utentes – Dívidas em Mora (22.250,00€) e conta 21913 – Clientes de cobrança duvidosa (22.250,00€) não sofreram alterações. O quadro infra evidencia as perdas por imparidade reconhecidas no final do exercício de 2022 e de 2021

Descrição	Saldo a 01/01/2022	Reforços	Reversões	Saldo a 31/12/2022
Clientes e Utentes c/c				
Clientes	-	-	-	-
Utentes	- 22.150,00	-	-	- 22.150,00
Total	- 22.150,00	-	-	- 22.150,00

11.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	-353,17	-819,89
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	23.813,45	29.708,06
Outras operações	-	-
Outros Devedores	319.692,83	395.814,65
Perdas por Imparidade	-	-
Total	343.153,11	424.702,82

A 31/12/2022 e no que concerne à rubrica Outros Devedores destacamos os saldos do Programa PARES 2.0 (154.138,00€), do programa CLDS 4G (129.127,69€), do I.G.F.S. Social, I.P. referente a participações de utentes e compensação salarial para colaboradora do Jardim de Infância (23.800,44€), do IEFP (22.939,74€), referente aos programas de emprego, do I.G.F.S. Social, I.P., referente ao projeto Mobilidade Verde (7.500,00€), dos arrendatários da Instituição (3.260,24€).

11.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
	12 054,09	4 860,66
Total	12 054,09	4 860,66
Rendimentos a Reconhecer		
	198 715,75	122 349,76
Total	198 715,75	122 349,76

A 31/12/2022, a rubrica Rendimentos a Reconhecer evidenciada, entre outros, um saldo respeitante ao projeto CLDS 4G (68.208,57€) e o saldo da conta 2821301 – Subsídios à Exploração a Reconhecer (89.078,70€) referente a apoio Extraordinário às valências sociais para ano 2023 e Adiantamento de participações de 2023, valores recebidos em dezembro de 2022.

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	5 911,48	4 391,36
Depósitos à ordem	200 306,63	398 335,55
Depósitos a prazo	1 506 000,00	1 544 000,00
Outros	0,00	0,00
Total	1 712 218,11	1 946 726,91

A 31/12/2022 a rubrica de disponibilidades evidencia um montante de 129.550,52€ (116.207,61€ em 2021) que são geridos pela Instituição e que pertencem juridicamente a alguns utentes da instituição, sendo que esta desempenha uma mera função de fiel depositária. Para além daquele saldo, a Instituição é ainda fiel depositária de 31.126,68 (29.684,19€ em 2021), valores que pertencem juridicamente aos jovens da valência CAT e que respeitam aos abonos de família.

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	239 676,12	-	-	239 676,12
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	4 492 915,68	64 407,87	328 686,63	4 228 636,92
Excedentes de revalorização	4 673 224,36	-	64 407,87	4 608 816,49
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	1 059 781,03	-	52 546,68	1 007 234,35
Total	10 465 597,19	64 407,87	445 641,18	10 084 363,88

Os aumentos registados na rubrica Resultados Transitados estão relacionados com a realização do excedente de revalorização. Foram ainda desreconhecidos imóveis alienados que tinham sido doados e revalorizados. A diminuição respeita à aplicação do Resultado Líquido do Período de 2021 no montante de 328.686,63 Euros.

A redução nas Outras Variações nos Fundos Patrimoniais respeita à realização anual dos subsídios ao investimento e dos bens doados que são sujeitos a depreciações.

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
-----------	------	------

Fornecedores c/c	180 460,02	125 488,39
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	180 460,02	125 488,39

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	11 550,10	7 889,08
CGA	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	11 550,10	7 889,08
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	16 050,11	9 232,45
Segurança Social	53 263,11	41 429,91
Outros Impostos e Taxas	411,95	312,69
Total	69 725,17	50 975,05

11.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		-		819,89
Cauções		-	-	-
Outras operações		1 515,28		387,36
Perdas por imparidade acumuladas		-		-
Fornecedores de Investimentos		35 181,66		1 947,18
Credores por acréscimo de gastos		344 757,67		367 943,43
Outros credores		204 421,24		228 067,37

Total	-	585 875,85	-	599 165,23
-------	---	------------	---	------------

No que concerne à rubrica Credores por Acréscimos de Gastos, a principal componente respeita à estimativa de férias e subsídios de férias no valor de 306.351,96€, assim como ajustamento do subsídio à exploração concedido pela Segurança Social por conta das frequências e que ainda não foram deduzidas pela Segurança Social no valor de 9.166,28€.

Na rubrica Outros Credores destacam-se os montantes respeitantes ao programa POISE que foi iniciado em 2020 e que pertencem ao parceiro de projeto Centro Social de Ega, os quais totalizam 68.394,88 Euros. Destacam-se ainda os montantes que pertencem juridicamente a utentes da Instituição e que são geridos por esta, os quais totalizam cerca de 129.550,52€ (145.891,80€ em 2021).

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos*	1 568 943,00	1 483 977,66
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações e heranças	28 944,28	4 249,07
Legados	-	-
Total	1 597 887,28	1 488 226,73

Em Subsídios do Estado e outros entes públicos estão incluídos os saldos das contas 756-POAMPC (3.629,15€) e 75701 – IAPMEI- RMMG (13.384,00€).

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	173 570,01	145 572,20
Materiais	16 557,21	18 523,98
Energia e fluidos	277 009,11	171 445,21
Deslocações, estadas e transportes	6 447,77	8 544,44
Encargos com Utentes	28 531,01	27 387,82
Serviços diversos	39 938,21	36 049,47
Total	542 053,32	407 523,12

11.13 Perdas por Imparidade em dívidas a receber

Não aplicável.

11.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	4 826,79	4 480,59
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 200,39	4 678,77
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários		-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	36,48	36,48
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	57 959,76	25 764,97
Outros rendimentos e ganhos	53 013,81	93 098,69
Total	119 037,23	128 059,50

A rubrica Outros Rendimentos evidencia sobretudo a imputação anual dos subsídios ao investimento e de bens que tenham sido doados a favor da Instituição e que são depreciables. No ano 2022, a Instituição obteve uma mais-valias no valor de 40.942,€, relacionadas com a alienação de 5 imóveis (terrenos).

11.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
-----------	------	------

Impostos	23,03	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	800,00	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	9 420,86	4 828,11
Total	10 243,89	4 828,11

11.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	149,14	98,99
Dividendos obtidos	-	-
Outros Rendimentos similares	-	-
Total	149,14	98,99
Resultados Financeiros	149,14	98,99

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

11.18 Passivos Contingentes

A tabela infra evidencia o processo judicial interpostos contra a Instituição durante o exercício de 2021 e que se encontrava em curso à data de 31/12/2022:

Nº Processo	Data Processo	Tribunal	Valor Processo
4484/21.5T8CBR	19/10/2021	Juízo do Trabalho de Coimbra - Juiz 1	30.000,01
724/22.1T8CBR	08/02/2022	Juízo do Trabalho de Coimbra - Juiz 2	2.000,00

A Mesa Administrativa não procedeu ao reconhecimento de qualquer provisão respeitante aos processos supra mencionados por considerar não ser provável a existência de exfluxos financeiros relativamente ao referido processos.

11.19 Outras Informações

As demonstrações financeiras do exercício de 2021 foram aprovadas na Assembleia Geral realizada no dia 31/03/2022.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em reunião no dia 29 de março de 2023.

CONDEIXA, 29 de março de 2023

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado